

Calango III

Calango III Energia Renovável S.A. | 12.106.962/0001-09 | Companhia Fechada

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão e os valores do Grupo Neenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Calango 3 Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Calango 3 Energia Renovável S.A. ("Calango 3" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE) 100% cuja totalidade das ações pertence a empresa FE Participações S.A. Esta por sua vez tem em sua composição acionária a empresa Força Eólica do Brasil S.A., também uma SPE, detentora de 100% de suas ações. Calango 3 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 3, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que localizado nos municípios de Bodó e Santana do Matos (RN).

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Calango 3 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 331 de 26/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 04 de novembro de 2011, o Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com vigência até 31 de agosto de 2033.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| Em milhares de reais | | | |
|--|-------|----------------|---------------|
| | Notas | 2013 | 2012 |
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 15.104 | 45.261 |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber | 4 | 1.839 | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6 | 1.362 | 95 |
| Outros ativos circulantes | | 242 | - |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 18.547 | 45.356 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | - | 1.903 |
| Imobilizado | 7 | 125.925 | 32.428 |
| Intangível | | 5 | - |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 125.930 | 34.331 |
| TOTAL DO ATIVO | | 144.477 | 79.687 |
| PASSIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 8 | 17.296 | 368 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 3.425 | 1.010 |
| Impostos e contribuições a recolher | 10 | 1.425 | 153 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 11 | 896 | 85 |
| Partes relacionadas | 17 | - | 225 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 23.042 | 1.841 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 81.829 | 48.292 |
| Provisões | 12 | 1.886 | - |
| Outros passivos não circulantes | | 140 | - |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 83.855 | 48.292 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 13 | - | - |
| Reservas de lucro | | 35.782 | 29.279 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicional | | 135 | 19 |
| | | 1.663 | 256 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 37.580 | 29.554 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 144.477 | 79.687 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| Em milhares de reais | | | | | |
|--|----------------|---------------|-------------------|-----------------------------|--|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros/prejuízos acumulados | Proposta de distribuição de dividendos adicional |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | 1 | - | 1 | (1) | - |
| Aumento de capital | 29.278 | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 360 | - |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva legal | - | 18 | - | (18) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | (341) | 256 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 29.279 | 18 | 1 | - | 256 |
| Aumento de capital | 6.503 | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | (1) | 2.335 | - |
| Aprovação da proposta de dividendos | - | - | - | - | (256) |
| Destinações: | | | | | |
| Reserva legal | - | 117 | - | (117) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | (2.218) | 1.663 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 35.782 | 135 | - | - | 1.663 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A empresa Calango 3 Energia Renovável S.A. ("Calango 3" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., que é uma SPE 100% Força Eólica do Brasil S.A. Calango 3 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 3, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL em 2010 que está localizado nos municípios de Bodó/Santana do Matos (RN). Conforme portaria nº 331, de 26 de maio de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo de 35 anos a partir da assinatura da referida portaria no dia 30 de maio de 2011.

Em 1º de setembro de 2013 a ANEEL declarou o fim do Despacho nº 3.315, que a usina estava apta a iniciar a operação comercial, aguardando apenas a finalização da ICG (instalação compartilhada de geração), Lagoa Nova (Chesf), para conexão ao SIN (sistema interligado nacional). Sendo assim, conforme cláusula 5.12 do contrato do CCEAR a Companhia tem o direito de receber a receita integral dos contratos até a entrada em operação efetiva.

Calango 3 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 13,8 MW médios.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de Juros
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.5. Imposto sobre vendas

Recitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros instrumentos.

2.7. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Calango 3 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 13,9MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado "Apto a operação comercial" e aguarda a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Lagoa Nova, para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial será iniciada. Independente da conexão recebe receita.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil | 2012 | 2013 | Δ % |
|--|--------|---------|---------|
| Receita Operacional Bruta | - | 6.533 | - |
| Receita Operacional Líquida | - | 5.928 | - |
| EBITDA | - | 4.784 | - |
| Resultado do serviço | - | 2.883 | - |
| Resultado Financeiro - Exceto JSCP | 508 | 618 | 21,7% |
| Lucro Líquido | 360 | 2.335 | 548,6% |
| Ativo Total | 79.687 | 144.477 | 81,3% |
| Investimento | 32.140 | 93.560 | 191,1% |
| Dívida Bruta | 49.302 | 85.254 | 72,9% |
| Dívida Líquida ¹ | 2.138 | 70.150 | 3181,1% |
| Patrimônio Líquido | 29.554 | 37.581 | 27,2% |

Indicadores Econômico-Financeiros²

Margem EBITDA - 80,70% 80,70 p.p.

Margem Líquida - 39,39% 39,39 p.p.

Dívida Líquida/EBITDA - 14,663

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução.

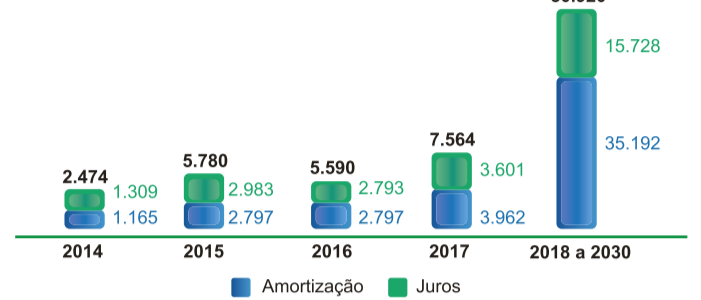
| Conciliação de EBITDA - R\$ Mil | 2012 | 2013 | Δ % |
|---------------------------------|----------|--------------|-------------|
| Lucro Líquido | 360 | 2.335 | 548,6% |
| Imposto de Renda e CSLL | 148 | 1.166 | 687,8% |
| Receita Financeira | (508) | (2.516) | 395,3% |
| Despesa Financeira | - | 1.898 | - |
| Amortização / Depreciação | - | 1.901 | - |
| EBITDA | - | 4.784 | 0,0% |

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES no valor de R\$ 90,2 milhões com prazo de 16 anos sendo 6 meses de carência para amortização do principal após a entrada em operação comercial, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,18% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico.

Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 81,6 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 86,5 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| Em milhares de reais | | | |
|--|-------|----------------|------------|
| | Notas | 2013 | 2012 |
| RECEITA LÍQUIDA | 14 | 5.928 | - |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS | 15 | (3.044) | - |
| LUCRO BRUTO | | 2.884 | - |
| Despesas gerais e administrativas | 15 | (1) | - |
| LUCRO OPERACIONAL | | 2.883 | - |
| Receitas financeiras | | 2.516 | 508 |
| Despesas financeiras | | (1.898) | - |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 3.501 | 508 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 16 | (1.166) | (148) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 2.335 | 360 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO R\$ Ordinária | | 0,07 | 0,01 |

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| Em milhares de reais | | |
|--|-----------------|-----------------|
| | 2013 | 2012 |
| FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL | | |
| Lucro líquido do exercício (antes dos impostos) | 3.501 | 508 |
| AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Depreciação e amortização | 1.901 | - |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais | 3.160 | - |
| | 8.562 | 508 |
| (AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS | | |
| Contas a receber de clientes e outros | (1.839) | - |
| IR e CSLL a recuperar | (1.699) | (102) |
| Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL | (161) | (31) |
| Outros ativos | (242) | - |
| | (3.941) | (133) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS | | |
| Fornecedores | 16.928 | 368 |
| Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos | (527) | (25) |
| Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL | 1.226 | 68 |
| Partes relacionadas | (225) | (283) |
| Outros passivos | 139 | - |
| | 17.541 | 128 |
| CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 22.162 | 503 |
| ATIVIDADE DE INVESTIMENTO | | |
| Aquisição de imobilizado | (93.555) | (31.637) |
| Aquisição de intangível | (5) | - |
| Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários | 1.903 | (1.902) |
| GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (91.657) | (33.539) |
| ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento (redução) de capital | 6.503 | 29.278 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 32.835 | 48.800 |
| UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 39.338 | 78.078 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | (30.157) | 45.042 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 45.261 | 219 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 15.104 | 45.261 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | (30.157) | 45.042 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.18. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.19. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.20. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.21. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.22. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.23. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.24. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.25. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.26. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.27. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.29. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.30. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.31. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.32. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.33. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2

Calango III

Calango III Energia Renovável S.A. | 12.106.962/0001-09 | Companhia Fechada



6 Impostos e Contribuições A Recuperar

| | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------|--------------|-----------|
| Circulante | | | |
| Imposto de Renda - IR | (a) | 862 | 42 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | (a) | 308 | 22 |
| Programa de Integração Social - PIS | (b) | 17 | - |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (b) | 79 | - |
| Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | | 96 | - |
| Imposto sobre Serviços - ISS | | - | 31 |
| Total | | 1.362 | 95 |
| (a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. | | | |
| (b) Crédito de PIS e COFINS não utilizado decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, que serão compensados a partir de 2014, que serão compensados a partir de 2014. | | | |

7 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

| | Taxas anuais médias ponderadas de depreciação | Custo | Depreciação amortização acumulada | 31/12/13 Valor líquido | 31/12/12 Valor líquido |
|---|---|----------------|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Em serviço | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3% | 38.474 | (575) | 37.899 | - |
| Máquinas e equipamentos | 3% | 87.509 | (1.305) | 86.204 | - |
| Provisão de Desmantelamento | 4% | 1.843 | (21) | 1.822 | - |
| | | 127.826 | (1.901) | 125.925 | - |
| Em curso | | | | | |
| Terrenos | - | - | - | - | 129 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | - | - | - | 4.169 |
| Adiantamento a fornecedores | - | - | - | - | 26.925 |
| A Rear | - | - | - | - | 1.205 |
| | - | - | - | - | 32.428 |
| Total | | 127.826 | (1.901) | 125.925 | 32.428 |

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

| | Custo | Depreciação acumulada | Em serviço Valor líquido | Em curso Valor líquido | Total |
|---|----------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|----------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | - | - | 290 | 290 | 290 |
| Adições | - | - | 32.138 | 32.138 | 32.138 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | - | - | 32.428 | 32.428 | 32.428 |
| Adições | - | - | 95.398 | 95.398 | 95.398 |
| Depreciação | - | (1.901) | (1.901) | - | (1.901) |
| Transferências | 127.826 | (127.826) | (127.826) | (127.826) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 127.826 | (1.901) | 125.925 | - | 125.925 |

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

| Fornecedores | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|--|------|----------|----------|
| Energia elétrica: | | 219 | - |
| Partes relacionadas (Nota 16) | | 219 | - |
| Encargos de uso da rede | | 66 | - |
| Terceiros | | 66 | - |
| Materiais e serviços | (a) | 17.011 | 368 |
| Terceiros | | 17.011 | 368 |
| Total | | 17.296 | 368 |
| Circulante | | 17.296 | 368 |
| (a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a investimento. | | | |

9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 03 de julho de 2012 e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Calango 3 nas localidades de Bodó, Santana dos Matos e Lagoa Nova/RN, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

| Composição da dívida | Taxa efetiva | Encargos circulante | Circulante | Principal não circulante | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------------------|---------------------|--------------|--------------------------|---------------|---------------|
| Moeda nacional | | | | | | |
| BNDES | TJLP+ 2,18% a.a. | 1.203 | 2.222 | 83.110 | 86.535 | 49.302 |
| (-) Garantias depósitos vinculados | | - | - | (1.281) | (1.281) | - |
| Total | | 1.203 | 2.222 | 81.829 | 85.254 | 49.302 |
| A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 2,18% a.a., prazo total de 18 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de agosto de 2014. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e materiais. No ano de 2013 foram liberados recursos no montante de R\$ 33.000, totalizando até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 80.750. Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes: | | | | | | |

| | Dívida 31/12/13 | Total líquido 31/12/13 | Dívida 31/12/12 | Total líquido 31/12/12 |
|------------------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|------------------------|
| 2015 | 5.616 | 5.616 | 3.050 | 3.050 |
| 2016 | 5.616 | 5.616 | 3.050 | 3.050 |
| 2017 | 5.616 | 5.616 | 3.050 | 3.050 |
| 2018 | 5.616 | 5.616 | 3.050 | 3.050 |
| Após 2018 | 60.646 | 60.646 | 36.092 | 36.092 |
| Total obrigações | 83.110 | 83.110 | 48.292 | 48.292 |
| (-) Garantias depósitos vinculados | - | (1.281) | - | - |
| Total | | 81.829 | | 48.292 |

Mutações de empréstimos e financiamentos:

| | Passivo circulante | Moeda nacional Não circulante | Total |
|---|--------------------|-------------------------------|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | - | - | - |
| Ingressos | 125 | 48.675 | 48.800 |
| Encargos | 502 | - | 502 |
| Transferências | 383 | (383) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 1.010 | 48.292 | 49.302 |
| Ingressos | 4.398 | 32.835 | 37.233 |
| Encargos | 1.983 | - | 1.983 |
| Transferências | (1.983) | - | - |
| (-) Mov. depósitos em garantia | - | (1.281) | (1.281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 3.425 | 81.829 | 85.254 |

Condições restritivas financeiras (covenants)
O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM – Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 3,3
Neoenergia – Informações intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2013 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

| | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|--|------|--------------|------------|
| Circulante | | | |
| Imposto de Renda - IR | (a) | 851 | 71 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | (a) | 315 | 46 |
| Programa de Integração Social - PIS | (b) | 32 | - |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (b) | 148 | - |
| Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | | 2 | 7 |
| Impostos sobre serviços - ISS | | 3 | 29 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte - IRRF | | 74 | - |
| Total | | 1.425 | 153 |
| (a) IRPJ e CSLL apurados com base no lucro Real referentes ao ano calendário 2013. | | | |
| (b) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente. | | | |

11 Dividendos

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------------|-----------|
| Dividendos mínimos - sobre o Lucro Líquido | | |
| Ações ordinárias | 35.782 | 34.998 |
| Total | 35.782 | 34.998 |
| Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado | | |
| Lucro líquido do exercício | 2.235 | 360 |
| Absorção de prejuízo acumulado | - | (1) |
| Constituição da reserva legal | (117) | (18) |
| Base de cálculo do dividendo (25%) | 2.118 | 341 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 555 | 85 |
| A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue: | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2012 | - | - |
| Dividendos obrigatórios 2012 | 85 | 85 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 85 | 85 |
| Dividendos adicionais 2013 | 256 | - |
| Dividendos obrigatórios 2013 | 555 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 896 | - |

12 Provisões Passivas

As provisões constituídas estão compostas como segue:

| | Desmantelamento | Provisões Total |
|---|-----------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | | |
| Constituição | 1.843 | 1.843 |
| Atualização | 43 | 43 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 1.886 | 1.886 |
| Refer-se ao custo de desmantelamento. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque eólico Calango 3, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do imobilizado. | | |

13 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 35.782 divididos em 35.782 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 784 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2013 foi integralizado, o montante de R\$ 5.718, referente Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2012. A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

| | Unica | % |
|-------------------|---------------|---------------|
| Acionistas | 35.782 | 100,00 |
| FE Participações | 35.782 | 100,00 |
| Total | 35.782 | 100,00 |

| | Unica | % |
|-------------------|---------------|---------------|
| Acionistas | 35.782 | 100,00 |
| FE Participações | 35.782 | 100,00 |
| Total | 35.782 | 100,00 |

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14 Receita Líquida

| | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------|----------|----------|
| Fornecimento de energia | (a) | 6.318 | - |
| Receita de geração | | 6.318 | - |
| Câmara de Comercialização de Energia - CCEE | | 215 | - |
| Total receita bruta | | 6.533 | - |
| (-) Deduções da receita bruta | (b) | (605) | - |
| Total receita operacional líquida | | 5.928 | - |
| (a) Fornecimento de Energia | | 5.928 | - |

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

| | Nº de consumidores faturados (*) | MWh (*) | R\$ mil | |
|--------------|----------------------------------|---------------|----------|--------------|
| | 31/12/13 | 31/12/12 | 31/12/13 | 31/12/12 |
| Suprimento | 29 | 40.393 | - | 6.318 |
| Total | 29 | 40.393 | - | 6.318 |

(*) Não auditado.

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---------------------------|--------------|----------|
| Deduções da receita bruta | 31/12/13 | 31/12/12 |
| IMPOSTOS: | | |
| PIS | (108) | - |
| COFINS | (497) | - |
| Total | (605) | - |

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| | Despesas gerais e administrativas | Total | Total |
|--|-----------------------------------|------------|----------------|
| | 31/12/13 | 31/12/13 | 31/12/12 |
| Custos dos serviços | | | |
| Serviços de terceiros | (629) | (1) | (630) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (219) | - | (219) |
| Encargos de uso de rede | (241) | - | (241) |
| Depreciação e amortização | (1.901) | - | (1.901) |
| Arendamentos e alugueis | (53) | - | (53) |
| Outros | (1) | - | (1) |
| Total custos/despesas | (3.044) | (1) | (3.045) |

| | Despesas gerais e administrativas | Total | Total |
|--|-----------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/13 | 31/12/13 | 31/12/12 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | | | |
| Corrente | (24) | - | (25) |
| Recolhidos e pagos | (24) | - | (25) |
| A pagar | 263 | 264 | 3 |
| Compensados e deduzidos | 567 | 26 | 38 |
| Total | 851 | 315 | 102 |

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social
Alíquota do imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:
(-) **Exclusões**
Outras exclusões (24) - (25) -
(24) - (25) -
851 315 102 46

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|--|----------|----------|
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | | |
| Corrente | 263 | 264 |
| Recolhidos e pagos | 21 | 25 |
| A pagar | 567 | 26 |
| Compensados e deduzidos | 851 | 315 |

17 Saldos e Transações com partes Relacionadas

| | Ref. | Natureza de operação | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
|------------------------|------|----------------------|-------|---------|-----------|-------|---------|-----------|
| Empresas | | | | | | | | |
| COELBA | (a) | Energia fornecida | 94 | - | 365 | - | - | - |
| CELPE | (a) | Energia fornecida | 16 | - | 46 | - | - | - |
| NC ENERGIA | (b) | Energia comprada | - | 219 | (219) | - | - | - |
| AFLUENTE TRANSMISSÃO | | Uso da Rede | - | - | (1) | - | - | - |
| FE PARTICIPAÇÕES | | Dividendos | - | 896 | - | - | 86 | - |
| FORÇA EOLICA DO BRASIL | | Reembolso de despesa | - | - | - | - | 225 | - |
| Neoenergia S.A. | | Contrato de Mútuo | - | - | - | - | 225 | (12) |

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2033, com reajuste anual com base na variação do IPC-A.
(b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012. Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
• Caixa e Equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
• Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
• Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
• Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo
O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

| | Contábil | 31/12/13 Valor justo | Contábil | 31/12/12 Valor justo |
|--|------------------|----------------------|-----------------|----------------------|
| Ativo financeiro (circulante/não circulante) | | | | |
| Empréstimos e recebíveis | 1.839 | 1.839 | - | - |
| Contas a receber de clientes e outros | 1.839 | 1.839 | - | - |
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | 15.104 | 15.104 | 47.164 | 47.164 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15.104 | 15.104 | 45.261 | 45.261 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 1.903 | 1.903 |
| Mensurado pelo custo amortizado | (102.550) | (102.550) | (49.670) | (49.670) |
| Fornecedores | (17.296) | (17.296) | (368) | (368) |
| Empréstimos e financiamentos | (85.254) | (85.254) | (49.302) | (49.302) |

Hierarquia de valor justo
A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | 31/12/13 Total |
|---------------------------------|--------------|---------------|----------|----------------|
| Ativos | | | | |
| Ativos financeiros | | | | |
| Mantidos para negociação | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.069 | 12.035 | - | 15.104 |
| Total | 3.069 | 12.035 | - | 15.104 |